

Correio Manhã

12-02-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 115581

Temática: Desporto

Dimensão: 2254 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/4/5

PRIORIDADE DA MAGISTRADA

MORGADO PREPARA ACUSAÇÃO

OPERAÇÃO LEX
PROCESSO
NO SUPREMO
TRIBUNAL




A RANGEL E VIEIRA

➤ **PROCURADORA** quer acabar inquérito e levar arguidos a julgamento por teia de corrupção e tráfico de influências ➤ **LÍDER BENFIQUISTA** responde por cunha **P.4 E5**



CORRUPÇÃO NA JUSTIÇA

CASA E JIPE | PAGOS COM SUBORNOS

Foi apurado no âmbito do processo que as rendas da casa de Rangel – 2000 euros – e a prestação da compra do Jipe Range Rover – mais de 500 euros – eram pagas por diferentes pessoas, algumas das quais terão sido beneficiadas diretamente pelo juiz em decisões que tomou no Tribunal da Relação.

OPERAÇÃO LEX

FIRME • Procuradora chega ao Supremo com uma prioridade: acabar inquérito com urgência e levar a julgamento toda a teia de corrupção e tráfico de influências em torno do juiz

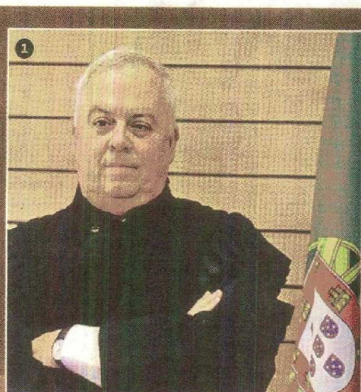
HENRIQUE MACHADO

Dois pesos pesados do Ministério Público carregam desde o início no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), à vez, a investigação à teia de corrupção em torno do juiz Rui Rangel – suspeito de dezenas de favores judiciais a empresários, em troca de subornos milionários que lhe sustentaram a vida de luxo. Primeiro foi o procurador Albano Morais Pinto, até que saiu do STJ para a direção do DCIAP, e agora quem assume o processo em mãos é Maria José Morgado, ex-procuradora distrital de Lisboa que chega ao STJ. O objetivo, sabe o CM, é concluir o inquérito com urgência e acusar.

PRESIDENTE DO BENFICA RESPONDE POR CUNHA METIDA EM PROCESSO

JOSÉ VEIGA E SOBRINHO SÃO SUSPEITOS DE TEREM CORROMPIDO DECISÕES

FÁTIMA GALANTE REDIGIA OS ACÓRDÃOS. ADVOGADO AMIGO ESCONDIA FORTUNA



1 Albano Morais Pinto, atual diretor do DCIAP, era o responsável pelo processo no Supremo Tribunal de Justiça. 2 Maria José Morgado assumiu investigação. Em comum com Morais Pinto tem o facto de ambos já terem liderado o combate à corrupção da PJ



Morgado ata pontas para acusar Rangel e Vieira

Protegidos pelo estatuto dos juizes, Rui Rangel e a ex-mulher, também desembargadora, Fátima Galante, escaparam há um ano à prisão preventiva – que lhes está vedada por lei na fase de inquérito –, mas a acusação é certa nos próximos meses face à prova recolhida pela Unidade de Combate à Corrupção da PJ. Para eles e, entre outros, para Luís Filipe Vieira, o presidente do Benfica que é arguido por ter traficado influências com o juiz desembargador para resolver um processo fiscal pen-

dente no Tribunal de Sintra. À troca, Rangel tinha prometido cargos no universo Benfica.

Noutros casos, de corrupção, por se tratar de processos em que o juiz tinha o poder de decisão direta, na Relação de Lisboa, há suspeitas de que quem formulava os acordãos em determinado sentido, para o ex-marido assinar, era Galante, que trabalhava no mesmo tribunal.

Foi esse o procedimento apanhado na investigação ao acordão de Rangel, em 2016, quando devolveu 30 imóveis, que esta-



Fátima Galante, que era juíza desembargadora na Relação, tal como o ex-marido, Rui Rangel, é suspeita de ter sido cúmplice nos crimes do magistrado

vam arrestados, no valor de 80 milhões de euros, ao empresário Álvaro Sobrinho; e também quando o juiz decidiu num recurso de José Sócrates no caso Marquês acabar com o segredo interno do processo. Foi Galante quem lhe enviou, por email, a fórmula jurídica para tal, como comprovam as perícias da PJ.

De resto, o grande corruptor de Rangel, segundo a investigação, é José Veiga, que ainda não foi mas será constituído arguido (ver caixa) até ao final do inquérito. Será acusado, assim como

SOBRINHO | "UMA MÃO-CHEIA DE NADA"

Há suspeitas de que o banqueiro Álvaro Sobrinho corrompeu Rangel, por intermédio do advogado João Rodrigues (já arguido), para que o juiz levantasse, em recurso na Relação de Lisboa, um arresto milionário de bens ao angolano. O juiz levantou o arresto e disse que a prova era "uma mão-cheia de nada".



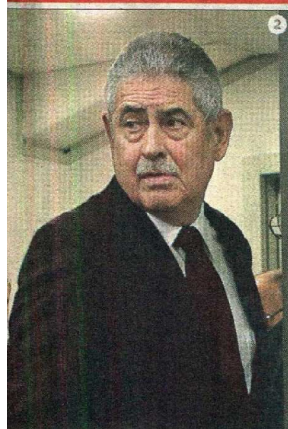
ADVOGADO | **PAGAVA TUDO FÁTIMA GALANTE ENVIAVA SMS E EMAILS A SANTOS MARTINS, 'TESTA DE FERRO' DE RANGEL, A PEDIR DINHEIRO. ADVOGADO PAGAVA VIAGENS, MULTAS E ATÉ CONTAS DA ÁGUA E DA LUZ**

INVESTIGAÇÃO | **SUPREMO E JUDICIÁRIA**

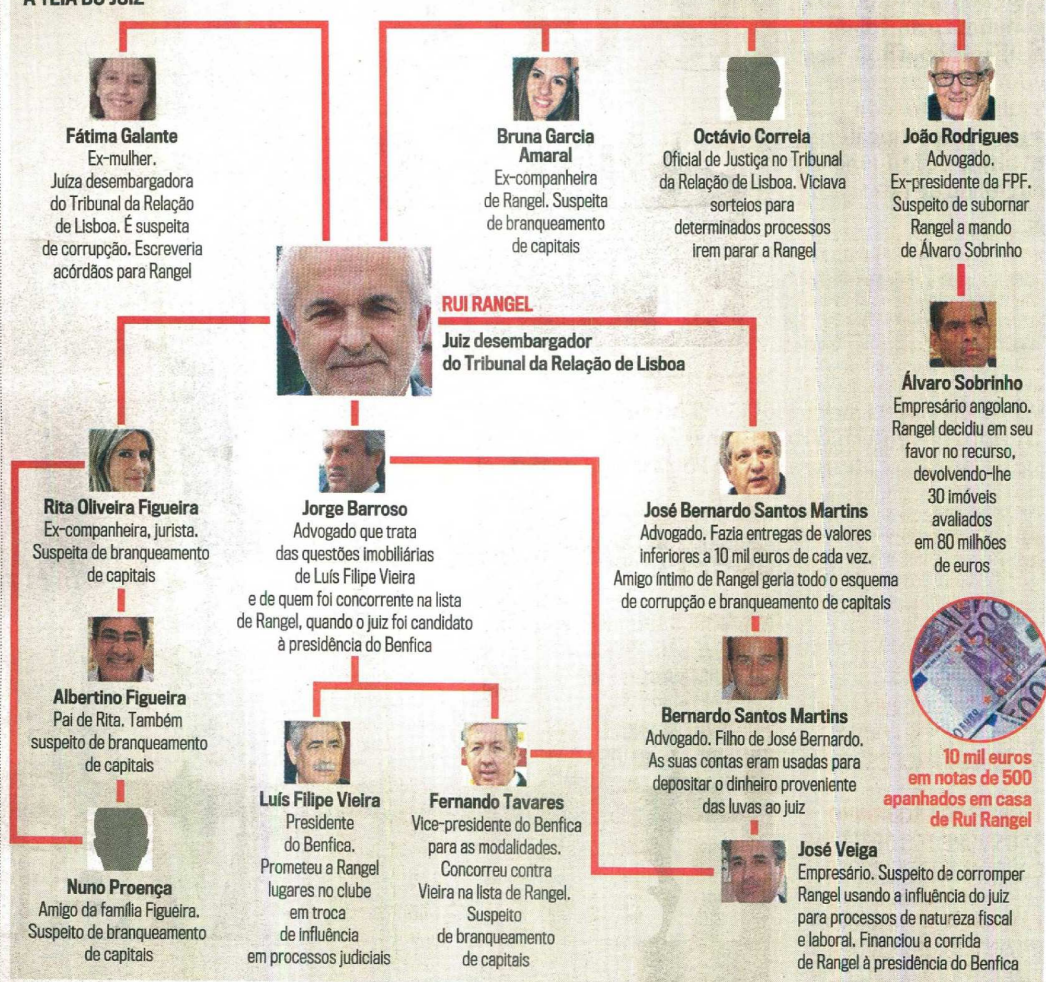
O processo corre no Supremo Tribunal de Justiça, uma vez que os dois principais visados são juizes que estavam colocados num tribunal superior - a Relação. E a investigação é feita pela Unidade Nacional de Combate à Corrupção da PJ, que apanhou os indícios de subornos a Rangel quando investigava José Veiga no caso Rota do Atlântico.



1 Rui Rangel é o principal arguido do processo, considerado a cabeça do polvo de um esquema de favorecimentos na Justiça 2 Luís Filipe Vieira foi alvo de buscas e é arguido



A TEIA DO JUIZ



aqueles que foram utilitários aos esquemas de corrupção, escondendo a fortuna ilícita do juiz para que este não fosse apanhado - mais de um milhão de euros em dez anos de subornos, segundo a estimativa do processo. São os casos do advogado Santos Martins e de outra ex-mulher de Rangel (ver infografia), que responderão por branqueamento de capitais. Os luxos, sobretudo com casas e carros, foram a perdição do juiz. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO

CRUZAM-SE 22 ANOS DEPOIS DE JULGAMENTO DO CASO PATULEIA

Os caminhos de Maria José Morgado e Fátima Galante cruzam-se 22 anos depois. Em 1997, a procuradora representou o Ministério Público no julgamento do solicitador Patuleia, um caso de corrupção que no início envolveu a juíza, ex-mulher de Rui Rangel, por suspeitas de ter vendido decisões. ●



Veiga considerado o maior corruptor

Corrompido por José Veiga na corrida ao Benfica para ajudar em casos fiscais

A relação de José Veiga com Rui Rangel, e todo o apoio financeiro que o empresário deu ao juiz na corrida à presidência do Benfica, em 2012, quando concorreu contra Luís Filipe Vieira, teve um interesse extradesportivo, acredita o Ministério Público. Visou pagar favores ao magistrado por intervenções, diretas ou

influenciando colegas, em processos que corriam contra Veiga, nomeadamente fiscais. De resto, Veiga foi apanhado a transferir 300 mil euros para o juiz - através de 'testas de ferro' -, de modo a que este o ajudasse a resolver o processo tributário que sobre ele corria decorrente do conhecido caso João Pinto. ●